

Capitalização, problema da indústria

por S. Stefani
de Fortaleza

"Muito animador..." Essa frase, dita — obviamente com uma forte dose de ironia — ao final da última palestra do seminário Repensando 82, por um dos vinte participantes em Fortaleza, dá uma idéia bastante aproximada de como empresários e executivos do Ceará estão encarando a situação econômica do País. Uma idéia que se torna ainda mais clara a partir de definição apresentada por Walder Ari, presidente da Iplac — Administração e Participações, um grupo que tem 8,5 mil empregados, que demitiu 1,5 mil no ano passado e que estuda agora a possibilidade de cortar outros 2,5 mil até o final do ano: "Vivemos num país que pune o trabalho e premia o ócio". Ocio entendido, no caso, como capital financeiro, segundo Walder Ari.

A questão das taxas de juros, aliás, foi o ponto dominante, em Fortaleza, em todos os intervalos para debate. O tema não deixou de ser discutido nem mesmo nos curtos intervalos para café. Houve até quem definisse as taxas atuais como "as mais altas jamais vistas em toda a história da humanidade".

De forma geral, todos concordavam com a necessidade de manter as taxas internas ligeiramente acima das internacionais, como forma de estimular a captação externa de recursos. Mas todos argumentaram que esse pouquinho a mais, no caso brasileiro, estava atingindo índices insuportáveis para as empresas da região, quase todas pequenas e médias, de capital nacional, com sérios problemas de descapitalização, detalhou Firmo Fernandes de Castro, secretário da Indústria e Comércio do estado, também presente ao seminário.

Castro lembrou que após três anos consecutivos de seca a agricultura e a pecuária, que chegaram no passado a constituir a base da economia do Ceará, estão sem a menor condição de cumprir esse papel. "E agora é a indústria que começa a ficar seriamente ameaçada", comentou. "Honestamente, não sei o que poderá acontecer se

uma solução urgente não for encontrada para resolver esse problema de descapitalização enfrentado por praticamente todas as empresas."

Várias idéias do que poderia ser feito surgiram no decorrer do seminário. Uma delas, proposta pelo presidente do grupo Iplac, diz respeito à criação de incentivos para capitalização das empresas nacionais via bolsa de valores. "Incentivos reais, que possam levar o investidor a voltar a acreditar na bolsa e, dessa forma, livrar as empresas desse pesadelo de tentar operar com taxas tão altas de juros", disse.

CONTINGENCIAMENTO

Outra idéia é criar uma espécie de contingenciamento dos recursos conseguidos pelos bancos no exterior, obrigando-os a aplicar parte desse capital na bolsa de valores. O que se pretendia, com isso, era oferecer uma alternativa de capitalização para as empresas, que, dessa forma, deixariam de concorrer com o governo na

captação de recursos junto ao mercado financeiro, abrindo a possibilidade de uma queda, via diminuição da procura, das taxas de juros.

Nem todos, porém, concordaram com a sugestão, sob a alegação de que o governo teria interesse em manter as taxas propositadamente altas para forçar o desaquecimento da economia — e de que os recursos necessários pelos diversos órgãos governamentais são tantos que a baixa não aconteceria.

Ainda com relação ao tema, foi bastante criticada a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), de estabelecer um contingenciamento na área das debêntures. "Fechou-se uma porta pela qual as empresas estavam conseguindo recursos a um preço um pouco mais barato", sintetizou Raimundo Padilha Sampaio, presidente da Bolsa de Valores do Ceará.

Isso enquanto a outra decisão do CMN, que chegou a ser discutida no seminário — a questão dos juros pós-fixados —, foi considerada praticamente sem maiores efeitos

pelo secretário da Indústria e Comércio do estado. "Enquanto a expansão do crédito estiver limitada e os juros liberados, tudo o que se fizer terá reduzidos resultados", opinou. "Ou se liberam as duas coisas ou se limitam as duas. É a única forma de consertar a situação."

A discussão, em Fortaleza, enveredou, também, pela área da renegociação da dívida sem, contudo, se chegar à conclusão quanto à real necessidade dessa medida e, principalmente, quanto à sua viabilidade.

No fundamental, o clima de preocupação dos empresários que caracterizou o seminário pode ser sintetizado por duas perguntas encaminhadas, por voto unânime, à mesa diretora dos trabalhos no Rio de Janeiro: alguém saberia prever, com certeza, o que vai acontecer com a empresa privada nacional? Não seria o caso, talvez, de repensar todo o modelo econômico e passar, quem sabe, a dar mais ênfase não ao mercado externo mas a um mercado interno fortalecido?